



Nuno Ferreira Domingues

Votar para quê? São todos uns aldrabões!

É exactamente isto o que pensa a maioria das pessoas; e infelizmente eu não consigo deixar de estar de acordo com a percepção que temos daqueles que nos governam.

Com o aproximar das eleições, nos períodos de campanha eleitoral, os políticos descem às ruas e desdobram-se em contactos com quem passa, desfazem-se em promessas, discursam prometendo “tudo e mais um par de botas” a todos.

Falam com o povo durante 15 dias, fingem que ouvem os seus problemas e as suas preocupações, e arrematam a coisa com umas palmadas nas costas, uns brindes de oferta com o logotipo do partido e o nome do candidato, e largam uma qualquer promessa para a seguir se despedirem a pedir o nosso voto.

E é esse o único objectivo de toda esta encenação, o da **caça ao voto**.

E depois, durante 4 anos, nunca mais ninguém os vê; nem aos próprios, nem às suas promessas.

É esta a triste forma de fazer política da grande maioria dos nossos políticos

E assim, cada vez mais, as pessoas se desligam do acto mais importante da nossa democracia, abdicando com isso de poderem dizer quem querem que os governe.

Mas sendo certo que na sua maioria esta “maltinha” não passa de uma cambada de oportunistas e de “aldrabilhas”, ainda se conseguem encontrar uns poucos que são “tipos” genuinamente sérios e que se metem na política para poderem dar, de forma desinteressada, o seu honesto contributo para melhorar a vida de todos nós.

E o impacto desses contributos são bem mais visíveis e sentidos quando a actuação desses poucos genuinamente sérios se faz ao

nível de uma freguesia ou de um município.

E em toda a terra o povo sabe muito bem quem são os “tipos” sérios, aqueles que se preocupam com o bem estar de todos, aqueles que nos apoiam nas horas de aflição, aqueles que têm sempre uma palavra de conforto na horas de tristeza, aqueles que lutam pela melhoria das condições de vida das gentes da sua freguesia, do seu município.

E é por isto que se torna tão importante sair para ir votar; ao fazê-lo e ao dar apoio a esses poucos “tipos” sérios, estará a zelar por si, e não a dar aos outros, os “aldrabilhas”, o “tacho” atrás do qual andam.

Elegendo o “tipo” sério, para presidente, de uma câmara ou de uma freguesia, ou para deputado à Assembleia Municipal, estar-se-à a eleger quem não nos deixará desamparado nos próximos 4 anos, quem não nos deixará à espera de promessas que nunca irão chegar.

Por isso lhe peço, vá votar, escolha o tipo “sério” e honesto da sua freguesia e do seu município; seja ele de que partido for, ou de que movimento independente de cidadãos for.

Não lhe custará mais do que o tempo de uma ida ao supermercado ou ao shopping.

Cuide de si e da sua família, vá votar.

Zürich, 20 de Setembro de 2021
[nfdomingues@yahoo.com]

Concessionadas à SATA ligações inter-ilhas em Outubro por 4 milhões de euros

O Governo dos Açores decidiu concessionar as ligações aéreas interilhas de outubro à companhia regional SATA, por quatro milhões de euros, tendo em conta que a adjudicação por cinco anos necessita ainda do visto do Tribunal de Contas.

“A Região Autónoma dos Açores pretende reduzir a necessária solução provisória à medida do estritamente necessário, ou seja, ao período máximo de um mês, que se prevê o tempo necessário para concluir o procedimento concursal e a obtenção do visto do Tribunal de Contas”, adianta-se numa resolução do Conselho de Governo, publicada, ontem, em Jornal Oficial.

Na mesma resolução, lê-se que o executivo açoriano decidiu “contratar a concessão do serviço público aéreo regular no interior da Região Autónoma dos Açores, no período de 01 a 31 de outubro de 2021, mediante ajuste direto, pelo valor máximo de quatro milhões de euros, a celebrar entre a Região Autónoma dos Açores e a SATA Air Açores”.

O Governo Regional dos Açores lançou um concurso público internacional para a concessão do serviço público de



transporte aéreo regular interilhas por cinco anos.

O prazo terminou em agosto e, apesar de cinco empresas se terem mostrado interessadas no procedimento, a SATA foi a única empresa a formalizar uma proposta, de cerca de 140 milhões de euros para os cinco anos do contrato.

A adjudicação necessita ainda de fiscalização prévia do Tribunal de Contas e o contrato atual termina no dia 31 de setembro.

“Perante a referida importância dos serviços em questão e a proximidade da cessação do atual contrato de concessão, existe manifestamente uma situação de urgência imperiosa em garantir serviços de transporte aéreo, nas rotas abrangidas

pela atual concessão, a partir do dia 1 de outubro”, justificou o executivo açoriano.

O anterior contrato de concessão do serviço público de transporte aéreo regular, celebrado também por um período de cinco anos, terminou em 30 de setembro de 2020, mas devido à pandemia de covid-19 o anterior executivo açoriano (PS) celebrou um contrato por ajuste direto por seis meses, entretanto renovado por mais seis, já pelo atual Governo Regional (PSD-CDS-PPM).

“À data, não era possível prever ou antecipar a evolução da pandemia causada pela doença covid-19, nem, do mesmo modo, prever de que modo a procura pelo transporte aéreo seria afetada pelo processo de vacinação, nomeadamente à medida que a população fosse sendo imunizada contra a doença, sendo necessário garantir que não seria contratado um serviço de transporte aéreo desproporcional ou desadequado, sob pena de uso ineficiente dos dinheiros públicos”, adiantou o Governo Regional.

A proposta da SATA Air Açores “foi adjudicada” em 12 de agosto, mas o procedimento concursal encontra-se “em

fase de conclusão”.

“O contrato a celebrar na sequência do referido procedimento está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas”, avançou o executivo açoriano.

Segundo o Governo Regional, atendendo à proximidade do início do período transitório, “a garantia imediata dos transportes aéreos em questão apenas se mostra viável através da continuação da prestação destes serviços pela atual concessionária, mantendo-se os moldes em que esta tem vindo a assegurar essa prestação”.

O executivo açoriano referiu ainda que as circunstâncias que levaram a esta situação “não são imputáveis à Região Autónoma dos Açores”.

O Governo alegou que as circunstâncias “eram imprevisíveis, atendendo à impossibilidade de antecipar, aquando do lançamento do procedimento que deu origem ao contrato atualmente em vigor, a evolução da pandemia e do processo de vacinação, bem como o exato período de tempo necessário para lançar e tramitar o concurso público internacional para adjudicação do novo contrato de concessão”.